

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

**O Papel do Arquivo na Construção de Memória do Movimento Feminista:
o portal [brasiliana.fotografica](http://brasiliana.fotografica.com.br)**

Por Jullyana Linhares Rocha

Orientadora: Prof^a Dr^a Fernanda Monteiro

Rio de Janeiro, julho de 2018

O Papel do Arquivo na Construção de Memória do Movimento Feminista

Monografia de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Fernanda Monteiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Centro de ciências Humanas e Sociais – CCH

Escola de Arquivologia

Rio de Janeiro, julho de 2018.

O PAPEL DO ARQUIVO NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Jullyana Linhares Rocha

Matrícula: 20141321017

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Fernanda Monteiro – Orientadora

Prof.^a Mestra Patrícia Pena

Prof.^o Dr. ^o Flávio L. Silva

Rio de Janeiro

RESUMO

Esse trabalho pretende discutir o papel do arquivo e do arquivista na construção de memória, principalmente, nos registros de memória do movimento social feminista, utilizando como fonte primária o portal brasileira fotográfica. Para tal, será utilizada bibliografia pertinente ao escopo da arquivologia, bem como, a utilização de teóricos que reflitam sobre a memória. Portanto, será apresentado no trabalho um histórico do movimento feminista, uma reflexão sobre o fazer arquivístico e o papel social do arquivo como uma instituição de pesquisa e memória que transcende o conceito de lugar de guarda e, finalmente, será mostrado alguns dos registros fotográficos do movimento feminista, no Brasil, presentes no portal supracitado.

Palavras-chave: memória, arquivo, feminismo, brasileira.fotográfica

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	05
Capítulo I: Histórico do Movimento Feminista Brasileiro.....	08
I.1- Feminismo em meio à repressão da ditadura.....	11
I.2- O Feminismo na redemocratização.....	15
Capítulo II: O Papel do arquivo na Construção da Memória.....	17
II.1 – O Portal Brasileira.Fotográfica.....	23
II.2 – Seminário sobre o Portal Brasileira.Fotográfica.....	24
Capítulo III: Acervo Imagético do Portal Brasileira.Fotográfica.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como foco discutir como o arquivo pode auxiliar na construção da memória do movimento feminista, contribuindo para a busca do emponderamento feminino. Usando como fonte primária os acervos fotográficos do portal online “brasiliana.fotografica”, (<http://brasilianafotografica.bn.br/>) e ainda utilizar referências bibliográficas que discutam o conceito de memória, feminismo e o lugar do arquivo nesse cenário. Com olhar atento para a produção e para o acesso da documentação produzida e acumulada por esses movimentos, nos arquivos cariocas, no que tange à construção de memória do movimento feminista. Estreitando os laços do arquivo com as demandas dos movimentos sociais.

Queremos com esse trabalho dar ênfase ao papel social do arquivista e do arquivo no que se refere à sua utilização para o processo de construção identitária e de memória dos movimentos sociais. Isso porque entendemos o arquivo como um lugar de pesquisa e de acesso ao saber, à informação. Uma vez que, a organização dos arquivos se constitui em tarefa primordial, precedendo o desenvolvimento da investigação científica.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, apresentaremos um histórico do movimento feminista no Brasil, suas dificuldades em meio à repressão da ditadura e seu desenvolvimento no regime democrático. No segundo capítulo, trataremos sobre o papel do arquivo na construção da memória, com ênfase no movimento feminista, discutindo o ofício do arquivista e falaremos sobre o projeto do portal [brasiliana.fotografica](http://brasilianafotografica.bn.br/). Já no terceiro capítulo, mostraremos as fotografias do movimento feminista, retiradas do referido portal.

OBJETIVO GERAL:

Analisar o portal online Brasiliana Fotográfica como fonte de documentos arquivísticos sobre o movimento feminista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Refletir sobre o papel do arquivo para a construção da memória do movimento feminista.

Apresentar o debate entre Memória e Arquivos.

JUSTIFICATIVA:

Queremos associar, no referido projeto, o conceito de memória, feminismo, identidade e arquivo, posto que acreditamos na importância de contar uma parte da história do protagonismo feminino através dos registros disponíveis no portal online Brasileira Fotográfica. Com isso, reforçar o caráter empoderador dos arquivos na sociedade, haja vista a importância social do documento de arquivo. (BARRO, AMÉLIA, 2009, p. 60).

"Concebe-se o documento arquivístico como um bem cultural patrimonial, emanado do saber e da memória da coletividade, com sentidos determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas."

METODOLOGIA:

Para desenvolver os objetivos pretendidos nesse trabalho, iremos abarcar, por meio de literatura especializada, os conceitos de movimento social, identidade, memória, feminismo e arquivo, de maneira que seja solidificado o marco teórico. Posteriormente, iremos analisar a documentação fotográfica referente ao movimento feminista presente no acervo online do portal virtual Brasileira.Fotográfica. Nesse contexto, levantar questões pertinentes à função do arquivo na construção da memória e da identidade do movimento feminista.

Pretendemos nortear esse trabalho pela ótica da pesquisa qualitativa, uma vez que esta tem seu foco no mundo dos significados das ações e das relações humanas. Almejando compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, tendo como fundamento de sentido a subjetividade, inerente à construção da objetividade nas ciências sociais.

CAPÍTULO I - HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA

BRASILEIRO

Tendo em mente a história da humanidade, observamos que há sempre grupos em posições de privilégios e outros em situações menos favoráveis. A história do homem é rica em exemplos de subjugação e dominação: metrópole/colônia, branco/negro, proprietário/proletariado, homem/mulher.

Nesse sentido, com olhar ainda focado na história, percebemos que, na mesma medida da ação dominatória, temos uma reação "revolucionária". Como por exemplo: guerras de independência, lutas separatistas, Revolução Francesa, libertação dos negros, revoluções socialistas, entre outros.

Através das lutas e das reivindicações a história se move. Retira-se da inércia, que tende a fazer permanecer em privilégios os grupos de sempre. Para além da discussão se essas reivindicações foram profundamente transformadoras, o que não é o objetivo desse trabalho, é inegável que, sem elas, muitos dos direitos adquiridos por segmentos antes negligenciados, como os operários e as mulheres, não teriam sido alcançados de maneira espontânea.

Nesse trabalho, pretendemos observar como os movimentos sociais, no Brasil, foram importantes para a ampliação das conquistas de direitos civis no país, tendo como foco o movimento feminista. De acordo com a pesquisadora Ilse Scherer (2006, p.11), com a transição política para a democratização do Estado, os movimentos se mobilizaram para a ampliação de direitos ou a criação de direitos de uma nova geração a serem incluídas na nova Constituição Brasileira. "Uma das lutas importantes é pela regulamentação de direitos a partir da nova constituição, como por exemplo, a campanha das feministas em prol de um novo código civil."

Para tanto, traremos nesse primeiro capítulo um histórico do movimento feminista no Brasil. É importante salientar que para se falar de feminismo, não podemos nos ater em uma definição única, em uma ideia de unicidade, posto que, ao curso da história pudemos observar várias espécies de feminismo. Contudo, destaca-se que ele sempre se apresentou de forma subversiva. A socióloga Maria Lygia de Moraes (2012, p. 107) assevera que "não há como negar que ao longo

da história da humanidade tivemos vários tipos de feminismo. Todos os feminismos têm, no entanto, um ponto em comum: ele é sempre transgressor.”.

Dessa maneira, é natural inferir que se são vários os tipos de feminismos, várias serão também as demandas, manifestações, objetivos e reivindicações.

A autora Céli Pinto (2003, p. 238) identifica duas tendências no movimento feminista no Brasil, que tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX.

A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Chama essa tendência de feminismo “bem comportado” para sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher.

Implica dizer que a luta para a inclusão das mulheres à cidadania não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade. Céli Pinto (2003, p. 238) chama a segunda tendência de feminismo “malcomportado”. Isso porque essa vertente reúne uma gama heterogênea de mulheres, (intelectuais, anarquistas, líderes operárias) que, além do político, defendem o direito à educação e falam em dominação masculina, abordam temas que para a época eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio.

Com o golpe do estado novo, em 1937, há um refluxo do movimento feminista, que se estende até as primeiras manifestações dos anos 70. No entanto, isso não significa que durante esse longo período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo público; muito pelo contrário, como quer assegurar Céli Pinto (2003, p. 239) nos trechos seguintes: “houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida, por exemplo.”.

Todavia, é na década de 70, especialmente pós 75, com o incurso do ano da Mulher, promovido pela ONU, que observamos uma maior movimentação do movimento feminista no Brasil. Ele se fortalece com o evento organizado para comemorar o Ano Internacional, realizado no Rio de Janeiro sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, e com a criação do Centro de

Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Como podemos observar nas considerações da Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (2006, p. 250):

Uma das narrativas fundadoras do feminismo da Segunda Onda no Brasil informa que, graças à definição, pela ONU — Organização das Nações Unidas, de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e como ano de início da Década da Mulher, aconteceu no Brasil o ressurgimento do movimento feminista 'organizado'. Este teria sido inaugurado com uma reunião, ocorrida em julho de 1975, na ABI — Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, e com a constituição do Centro da Mulher Brasileira, também naquela cidade.

Conforme indica a recém citada autora, (2006, p. 251), convém destacar antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos entre estes, o de livre disposição do corpo.

A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimento feminista em outros lugares do Brasil. Joana Maria Pedro (2006, p. 250) vai além e aponta que o ressurgimento do movimento de mulheres e feminista em 1975, com o apoio da ONU, teria representado para diversos partidos e grupos políticos, ainda clandestinos, que tentavam se reorganizar em meio à repressão, uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça. Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, entre os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão.

Todavia, ressalta-se o caráter dúbio dessa situação, uma vez que muitos desses grupos que buscavam segurança para atuar em meio a repressão da ditadura, temia que houvesse um desvio focal no teor político do movimento. Joana Maria Pedro (2006, p. 250) assevera que o ano de 75 foi também pensado como “uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária.”.

CAPÍTULO I.1 FEMINISMO EM MEIO À REPRESSÃO DA DITADURA

O fato do feminismo no Brasil ter ressurgido em um contexto de repressão política como o da ditadura militar, que se impusera no país entre os anos de 1964-1985, concedeu ao movimento características bem peculiares. Dentre as quais: a luta de classe versus as lutas específicas do movimento e a relevância do exílio, que possibilitou que as mulheres exiladas entrassem em contato com uma efervescência política e ideológica que caracterizavam o feminismo em outras partes do mundo. A autora Céli Pinto (2003, p. 241) relata que:

emergência do feminismo em pleno governo Médici determinou que ele surgisse dentro e fora do país e em boa parte no exílio. Na Europa e nos Estados Unidos havia cenários de grande efervescência política, de revolução dos costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte.

Céli afirma que as características que o movimento feminista teve nos dois hemisférios estão intimamente ligadas a esses cenários, sendo que os primeiros grupos feministas em 1972, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram inspirados no feminismo do Hemisfério Norte. Em 1972 ocorrem eventos que apontam para a história e as contradições do feminismo no Brasil: o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros, e as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil.

Nesse contexto, A presença de Romy Medeiros indica uma espécie de transição entre o velho e o novo feminismo, entre o que a supracitada autora chamava de feminismo “bem-comportado”, à moda Bertha Lutz, e um novo feminismo o qual intitula de “malcomportado” que começou a enfrentar questões consideradas tabus.

Como vimos acima, o Ano Internacional da Mulher, em 1975, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi um dos eventos que marcaram a entrada das mulheres e de suas questões na esfera pública, favorecendo o

fortalecimento do movimento. O ano de 1975 foi também o da organização do Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini.

A reivindicação pela anistia dos exilados, para além do fato de possibilitar a organização das mulheres em prol de uma demanda, trouxe consequências mais duradoras, como a oxigenação das ideias e o contato com novas formas de vivenciar o feminismo, trazido para o Brasil por essas mulheres que retornavam do exílio. Para Céli Pinto (2003, p. 241) “As mulheres exiladas nos Estados Unidos e na Europa voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que somente os papéis de mãe, companheira e esposa (submissa e dócil) não mais serviam.”.

O exílio praticado pela ditadura militar no Brasil atingiu mais frequentemente pessoas oriundas da classe média e intelectualizada do país. Obviamente, a experiência do exílio foi bastante diversificada, uma vez que foram vividas em diversos países diferentes. Países esses que também passavam por contextos históricos específicos. Contudo, permitiu a aproximação com outras realidades. Para a Prof.^a Dr.^a Lygia Moraes (2006, p.111) essa vivência no exílio teve transformações mais profundas, causando a “aculturação” de muitos dos exilados, como descrito a seguir:

Cada país em que os exilados se fixaram permitiu um tipo específico de aculturação, isto é, de mudanças de valores e de perspectiva. Existem três experiências que considero as mais profundas: a experiência do socialismo real para todos aqueles que viveram em Cuba; a experiência da transição pacífica (e frustrada) para o socialismo daqueles que viveram no Chile e a experiência do Estado de Bem-Estar numa democracia capitalista, como a França e a Suécia.

Um caso interessante de transgressão aos códigos de gênero então dominantes, ocorrido no exílio em Cuba, narrado por Lygia Moraes (2006, p. 112), foi a pressão exercida pelas militantes mulheres no sentido de participarem do treinamento militar, até então permitido somente aos homens. As poucas brasileiras que iam para Cuba até 1969, não recebiam treinamento militar. Essa era uma convenção de gênero do ideário revolucionário: as mulheres seriam enfermeiras ou elementos de apoio logístico.

Com os acontecimentos que se desenrolaram após a morte de Carlos Marighela, dezenas de brasileiros, de ambos os sexos aportaram em Cuba (2006,

p. 113). Dado que muitas mulheres tinham participado nos Grupos Táticos de Ação (GTA) é natural inferir sobre a pressão que exerceram para serem inseridas na vida militar cubana. Apesar de um discurso revolucionário e questionador da ordem vigente, percebe-se que, na prática cotidiana, há um comportamento machista, segregador e conservador no que concerne o papel da mulher na sociedade.

O exílio de brasileiros na França permitiu o contato entre a esquerda francesa e a militância política. Isso porque a França tornou-se um epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. As exiladas entraram em contato estreito com o movimento de mulheres e feminista franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político. (Moraes, 2006, p 114). Segundo Lygia Moraes (2006, p. 114), A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas.

Nesse sentido, o feminismo brasileiro dos anos 70 desdobrou-se no interior da esquerda militante. Haja vista que foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras obtiveram o panorama ideal para desenvolverem seu próprio feminismo. Lygia Moraes (2006, p. 115), relata que:

Em termos cronológicos, a primeira organização de brasileiras em Paris surgiu em 1972, com a psicóloga Danda Prado como uma das principais articuladoras. O grupo incluía latino-americanas de várias origens e era conhecido como Nosotras, funcionando como grupo de discussão e de reflexão, um exercício que tinha algo de terapia de grupo e já era praticado nos círculos feministas europeus. O nome serviu de inspiração para o Nós Mulheres, primeiro jornal feminista publicado no Brasil em 1976.

Embora influenciando pelas experiências europeias e americanas, o feminismo no Brasil teve um caráter peculiar, posto que o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Conforme aponta a Pr.^a Dr.^a Cynthia Andersen Sarti (2004, p.36), uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada às organizações de influência marxista, clandestinas à

época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Cynthia Andersen Sarti (2004, p. 37) diz que essas mulheres tinham seus comportamentos comparados aos dos homens, de forma pejorativa, como se suas lutas as tornassem menos femininas. Para autora supracitada, as militantes, não obstante a ausência de uma proposta feminista deliberada, negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem comportamentos que punham em dúvida sua virgindade e a instituição do casamento.

Por conseguinte, na tentativa de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por essa via, também a psicanálise como sua referência. (Moraes, 2006, p. 116).

Como desdobramento desse contexto peculiar do feminismo brasileiro houve uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, a Igreja católica e a esquerda, todos contra o Regime autoritário. Fato que acabou por colocar os grupos feministas em constante enfrentamento com a Igreja Católica pela busca de hegemonia dentro dos grupos populares. Cynthia Andersen Sarti (2004, p. 43) afirma que o tom predominante foi o de evitar os já sabidos desacordos, ao menos publicamente. Temas como o aborto, sexualidade e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, sem ressonância pública.

O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. “Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina.” (Moraes, 2006, p. 118). Desata forma, as questões propriamente

feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de 'abertura' política no país em fins da década de 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando-o definitivamente pela consolidação da noção de gênero como referência para análise.

CAPÍTULO I.2 - O FEMINISMO NA REDEMOCRATIZAÇÃO

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. De acordo com a socióloga M^a Lygia de Moraes (2012 p.111), houve um crescimento das campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes "de honra". Indo além, aponta a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual como algumas das conquistas que marcaram a Década da Mulher.

A visibilidade e a capacidade de mobilização do feminismo político nos anos 70 reordenou de alguma maneira o espaço político. Destarte, nos anos de 1980, o movimento de mulheres no Brasil já era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Como pode-se verificar na fala da Pr.^a Dr.^a Cynthia Andersen Sarti (2004, p.38):

Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Todavia, ao mesmo tempo em que a consciência da opressão específica da mulher se expandia para todo o país, conforme observou Lygia de Moraes (2012, p. 111), os grupos feministas atomizavam-se. Esvaziaram-se os grupos formados

em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou no direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Conforme aponta a Pr.^a Dr.^a Cynthia Andersen Sarti (2004, p.42):

Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas.

Houve ainda o desenvolvimento também de pesquisas acadêmicas sobre mulher, além do aumento do interesse no tema pelo mercado editorial. Já na esfera governamental, criaram-se conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada. Contudo, a conquista mais significativa do fim da década de 80 foi a alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

O feminismo no Brasil teve ainda que enfrentar marcas sociais bem delimitadas, haja vista que foi uma ideologia que sensibilizou, especialmente, mulheres profissionais, com educação universitária pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. O que pressupõe recursos materiais e intelectuais não acessíveis a todas as mulheres, mormente no Brasil onde a desigualdade social é demasiado acentuada. Nesse sentido, observa-se uma restrição das possibilidades de identificação com as bandeiras feministas. Não obstante, o feminismo possa ser reconhecido como um movimento que agrega genericamente benefícios à condição social da mulher.

CAPÍTULO II - O PAPEL DO ARQUIVO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Esse trabalho tem como foco discutir como o arquivo pode auxiliar na construção da memória do movimento feminista, contribuindo para a busca do emponderamento feminino. Usando como fonte primária os acervos fotográficos do portal online “brasiliana.fotografica”, (<http://brasilianafotografica.bn.br/>) e ainda utilizar referências bibliográficas que discutam o conceito de memória, feminismo e o lugar do arquivo nesse cenário. Com olhar atento para a produção e para o acesso da documentação produzida e acumulada por esses movimentos, nos arquivos cariocas, no que tange à construção de memória do movimento feminista. Estreitando os laços do arquivo com as demandas e movimentos sociais.

Queremos com esse trabalho dar ênfase ao papel social do arquivista e do arquivo no que se refere à sua utilização para o processo de construção identitária e de memória dos movimentos sociais. Isso porque entendemos o arquivo como um lugar de pesquisa e de acesso ao saber, à informação. Uma vez que, a organização dos arquivos se constitui em tarefa primordial, precedendo o desenvolvimento da investigação científica.

Nesse contexto, as autoras Dirlene Barros e Dulce Amélia, (2009, p.56), nos apontam que o arquivo torna-se parte constitutiva da sociedade da informação por buscar uma atuação em consonância com as tendências tecnológica e científica da sociedade, ou seja, em função de as tecnologias de informação não limitarem os conceitos do mundo vivenciado pelo ator social, uma vez que este ocupa vários espaços ao mesmo tempo, o que potencializa a transmissão da informação. Promovendo, dessa maneira, o encontro do cidadão com a informação.

Por essa ótica, Lúcia de Fátima (1995, p.60) aponta que "o resgate da memória encontra-se estreitamente vinculado tanto à organização dos seus suportes materiais, como ao acesso à informação neles contidos.". Por essa senda, depreendemos que o arquivo, para além de suas funções tradicionais de guarda, coleta, preservação, entre outros, se torna participante do processo de

identidade, como representação da sociedade da informação. O que se verifica na fala de Dirlene Barros e Dulce Amélia (2009, p.61): "Construído em base sólida, sua atuação, extrapola tais conceituações: ele é gerador de conhecimento. Por isso, ele se impõe como lugar indispensável para o exercício da pesquisa."

Salienta-se que todo grupo que busca direitos e um lugar de fala na sociedade, procura igualmente construir sua identidade e registrar/conservar sua memória. Le Goff (1990, p. 23) afirma que a memória coletiva é um fator importante na luta pelo poder. Para ele, o documento expressa poder passado da sociedade sobre a memória e sobre o futuro. Nesse sentido, "a existência de um grupo social seria dificultada sem o registro da memória." (BARRO, AMÉLIA, 2009, p. 60).

"Concebe-se o documento arquivístico como um bem cultural patrimonial, emanado do saber e da memória da coletividade, com sentidos determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas."

O filósofo, estudioso de memória, Paul Ricoeur (2007, p.5) nos fala das três "fases" que caracterizam os três seguimentos da operação historiográfica: fase documental; fase explicativa/compreensiva e a fase representativa. No que se refere a fase documental, sendo esta a que se aplica diretamente no campo da Arquivologia, a memória é enfatizada enquanto "plano formal", como testemunho que em sua exteriorização se inscreve como documento (de arquivo), que projetará a "confiança" de historiadores, pesquisadores e cidadãos na constituição de sua história e memória.

Nesse contexto, [...] o arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental.

Implica dizer que é o arquivo que possibilita o trabalho do historiador e do pesquisador, em geral, de reconstruir e recontar a história a partir dos documentos que o arquivo guarda. Obviamente, que, como nos clarifica Lúcia de Fátima (1995, p.51) "a teoria que dará suporte à pesquisa e produção do conhecimento histórico se constitui em opção do historiador e não do arquivista. Não querendo, com isso, isentar e alardear a neutralidade do arquivista."

A autora, em seus estudos, nos lembra (1995, p. 51) que a “arquivística visa, entre outros objetivos, proporcionar a organização e o acondicionamento dos documentos, quer textuais, audiovisuais, ou de outra natureza, bem como as vias de acesso à informação de forma rápida e eficaz.” Sem, contudo, esquecer que todo o processo de guarda tem um viés político, haja vista que há sempre uma escolha do que será guardado e do que será eliminado. Essa escolha, mormente, responde a interesses políticos.

De forma consciente ou inconsciente, o arquivista, no desempenho do seu trabalho, deixa as marcas da subjetividade ou das teorias que fundamenta sua visão de mundo. Essa subjetividade vem à luz, especialmente, nos momentos cruciais de opção pelos grupos documentais ou temas a serem objetos de catálogo, exposições, publicações, etc.

Segundo argumentam os professores Bianca Therezinha e João Marcus Assis (2106, p.81) a neutralidade do arquivista é uma característica que não coaduna com a realidade contemporânea, uma vez que eles entendem que a neutralidade é “contaminada”, no sentido amplo e não negatido, pela subjetividade e pela postura do profissional de arquivo.

O arquivista não é um profissional neutro em nenhuma hipótese, isto porque é um ser essencialmente político, cujas decisões são influenciadas não só pelo contexto social em que vive, mas também por suas convicções. Ele é o intérprete e o mediador entre os documentos e a sociedade.

Por essa razão, optar por dar espaço aos registros do protagonismo feminino ao longo da história é, sobretudo, um ato de posicionamento político. O que contribui para que movimentos sociais, como o feminista, tenham oportunidade de, por meio da documentação conservada nos arquivos, que são “lugares de memória” por excelência (NORA, Pierre.1993, p.21), buscar elementos de sua identidade, de traços que os unam e os identifiquem enquanto grupo social.

A busca pela memória se dá pela ausência dela no mundo contemporâneo, em decorrência do que Nora (1993, p. 27) chama de “aceleração da história”. Essa aceleração provoca uma busca pelos lugares de memória e uma valorização dos mesmos. O arquivo se configura nesse contexto “como o locus que se mantém vivo e atuante no meio da sociedade que o teceu, permitindo,

assim, a externalização e a mediação entre o tempo e os acontecimentos passados.”. (BARRO, AMÉLIA, 2009, p. 57).

Assim, surge a memória registradora que delegou ao arquivo a função de mantê-la viva, de forma a desacelerar o desaparecimento dos sinais do que se deseja manter, em face da necessidade do lembrar.

De onde se depreende que o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva. (BARRO, AMÉLIA, 2009).

Os professores Bianca Therezinha e João Marcus Assis (2106, p.83) complementam essa ideia, acrescentando que os arquivos representam a atividade humana e social, entendidos como um reflexo de atividades que caracterizam momentos históricos, grupos sociais, atividades econômicas e uma infinidade de outros aspectos da sociedade. “Isso ocorre porque os documentos que os compõem vão além do caráter de prova, pois eles também são o aparato para o reforço e a constituição da memória social.” (ASSIS, THEREZINHA, 2016, p.83).

Destarte, a professora Lúcia de Fátima (1995, p.27) assevera que “A construção da memória passa pela ação das forças sociais em constante luta pelo controle e exercício do poder e pela determinação do que quer passar à posteridade como verdade.”. Dessa maneira, os Arquivos passam a ser repensados, para além de locais de produção de conhecimento, como espaços de construção de discursos e de dominação.

O que sobrevive e passa à posteridade é resultante de um processo seletivo, quer de memória, quer de documentação. Portanto o que se encontra disponível para a pesquisa histórica não é um conjunto do que existiu, mas o que restou do que foi registrado, após escolhas e seleções diversas, ao longo do tempo, pelos que detêm o controle e guarda da documentação.

Nesse sentido, faz-se mister ter um olhar mais aguçado para o que seria a memória documental. Posto que os documentos de arquivo não devem ser encarados como guardiões da verdade absoluta, tampouco como verdades

inertes. É necessário encarar o arquivo e seus documentos como um elemento dinâmico, carente de interpretação e questionamentos, que podem ser revisitados, sob outros prismas de leitura, complementando ou esclarecendo histórias.

Sob esse contexto, Michel Pollak (1998), nos ajuda a perceber de que maneira diferentes processos e atores intervêm na formalização da informação que servirá de fonte para a construção de uma “memória oficial”. Ele analisa o discurso dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltando a existência de muitas memórias subterrâneas contrárias à memória oficial, destacando “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1998), muitas vezes estratégica para a consolidação de projetos de poder.

Bebendo das ideias de Pollak, as autoras BARRO e AMÉLIA, (2009, p. 65) corroboram com seus pensamentos, como explicitados nos trechos seguintes:

Em um sentido amplo, lidar com documentos arquivísticos na pesquisa histórica significa trabalhar com a produção de sentidos: estabelecendo interpretações sobre as condições em que foram produzidos; regulamentando movimentos; incentivando ou reprimindo discursos que vão se associar à maneira como se constroem significados; e tentando explorar o desenrolar dessa produção na busca do ponto central com a informação produzida.

Para as autoras supracitadas, o arquivo, assim compreendido, como lugar de memória, dá vida aos documentos por meio da análise do discurso do que está posto e do que está oculto, -- os silêncios e esquecimentos tratados por Pollak (1998) -- tocando no mais íntimo dos acontecimentos. Assim, observando que a memória se apresenta como uma questão necessária na sociedade da informação, visto que atua como representação de fragmentos que mantêm uma coletividade e que permitem a edificação e a legitimação de uma identidade social

Dessa forma, o que se tem posto é que a relação entre os acontecimentos vividos e a sua transmissão produz memória; e o arquivo representa um forte meio necessário para a definição social e cultural, assumindo, assim, uma postura de mediação na conquista de direitos, no que tange à aquisição de informações e à criação de novos conhecimentos. (BARROS, AMÉLIA, 2009).

Diante do exposto, depreendemos que o arquivista tem o papel ativo na construção da memória social, uma vez que é ele o profissional que opta pelo que será guardado ou descartado dos acervos, é ele quem seleciona os temas que serão trabalhados em catálogos ou publicações, é ele quem organiza os acervos documentais, é ele quem cria ferramentas de pesquisa e processos de indexação que vão auxiliar na construção do conhecimento, por fim, é ele quem facilita o acesso à informação arquivística. “Os arquivistas – como gestores de arquivos – detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade.” (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.16).

Sendo assim, destacamos o arquivista como “sujeito e agente da historicidade, como formador e também promotor da visão do arquivo como resultado da experiência humana.” (ASSIS, THEREZINHA, 2016, p.87) Entendendo que a ligação do arquivista com o arquivo e com a informação passa por uma relação de poder, observado na escolha do que está registrado e do que não está, a quem é permitido ou negado o acesso, pela forma de ordenação, pela nomeação, e ainda, sob a preservação e o descarte.

Nesse sentido, queremos demonstrar como as memórias dos grupos sociais podem ser guardadas ou esquecidas, dependendo do contexto político, econômico e social daquele grupo, no curso da história, e principalmente, das escolhas realizadas por quem detém o poder. Dessa maneira, é imperativo que o arquivista entenda o seu papel na sociedade, no que tange as seleções feitas para a organização da memória documental das instituições as quais está vinculado. Faz mister ao arquivista compreender que o arquivo, para além de suas funções básicas, tem um papel social e político junto a comunidade. “os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência” (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.24).

Sendo assim, grupos, como o feminista, que hoje buscam lugar de fala, empoderamento, fortalecimento e identidade têm através do arquivo, dos estudos, das pesquisas, da construção do conhecimento e do trabalho do arquivista a oportunidade de revisitar o passado, construir sua memória e sua ligação com o presente, o que deixa patente a importância do arquivo na sociedade

contemporânea, sobretudo, para os movimentos que hoje lutam por pertencimento e reconhecimento social.

CAPÍTULO II.1 - O PORTAL BRASILIANA.FOTOGRAFICA

O Portal brasiliana fotográfica se apresenta em seu site como: “um espaço para dar visibilidade, fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos deste gênero documental, abordando-os enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado. Esta iniciativa começa com a união de esforços da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles. A ela poderão vincular-se, no futuro, outras instituições do Brasil e do exterior, públicas e privadas, detentoras de acervos originais de documentos fotográficos referentes ao Brasil.

Para tanto, as instituições interessadas deverão contribuir com arquivos digitais e respectivos metadados que estejam de acordo com os padrões adotados internacionalmente.

É, ainda, um repositório voltado à preservação digital, desenvolvido em DSpace - um software livre, largamente utilizado por entidades públicas e privadas em todo o mundo. Para interoperar com outros sistemas de bibliotecas digitais, foi adotado o protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting/OAI-PMH), um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais.”. (Portal brasiliana,fotográfica, Acesso em 12.junh.2018)

A concepção do referido Portal foi iniciada em 2014, em parceria com a Biblioteca Nacional e O instituto Moreira Salles, tendo seu lançamento oficial no ano de 2015. Nesse mesmo ano, duas outras instituições de peso aderiram ao projeto, sendo elas: o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro e a Diretoria de Patrimônio Histórico da Marinha. Sendo sucedidos pela adesão da instituição alemã Limennse. Já em 2017, com o crescimento e amadurecimento do projeto, houve mais incorporações importantes ao Portal, tais como: o arquivo Nacional; a Fiocruz; o Museu da República; o Museu Aeroespacial; a Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco.

Sobre sua gestão o Portal esclarece que:

“A gestão do portal Brasileira Fotográfica dar-se-á em duas instâncias: um Comitê Consultivo, formado pelos dirigentes máximos das instituições participantes que, assessorados pelo comitê de gestão, decidirá sobre as futuras adesões ao portal e um Comitê de Gestão (responsável pelo desenvolvimento e pelas decisões técnicas e curatoriais), formado pelos coordenadores/curadores das instituições participantes, pelo Coordenador da Biblioteca Nacional Digital e por técnicos responsáveis pelas atividades das distintas áreas envolvidas nesta iniciativa. .”. (Portal brasileira,fotográfica, Acesso em 12.junh.2018)

O projeto tem como princípios a preservação e difusão do acervo, visando ainda a interoperabilidade entre as instituições, entre os acervos fotográficos, assim como a sustentabilidade. Haja vista que é um portal que se pretende longínquo e duradouro, como um serviço ao povo brasileiro. Inicialmente, em 2015, o acervo do portal era composto por 2.000 mil fotografias, em 2017, ele dobrou de número e alcançou as 4.000 mil imagens. Contabilizando, ao longo de três anos, mais de 11 milhões de acessos.

O portal tem como recorte temporal a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Levando em consideração esse marco cronológico proposto pelo projeto, as instituições participantes realizaram um levantamento em suas bases de dados, visando elencar todos os fundos que possuíssem fotografias correspondentes ao período em questão.

Tendo a curadoria os seguintes critérios para a seleção das fotografias: variedade de fundos e coleções; amplitude regional; imagens que apresentem, quando possível, diferentes grupos sociais, etnias, gênero, profissões e faixas etárias; variedade de formatos e tamanhos de imagens, entre outros.

CAPÍTULO II.2 - SEMINÁRIO SOBRE O PORTAL BRASILIANA FOTOGRAFICA

Em mesa, intitulada I Semana Nacional de Arquivo Brasileira Fotográfica, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 2017, formada pela professora mestra Ângela Bittencourt, da Biblioteca Nacional; pelo mestre Sérgio Burg, do Instituto Moreira Salles; pela doutora Claudia Hayman e pela doutora Maria do Carmo,

debateu-se sobre o projeto, com o fito de fomentar a reflexão sobre os acervos fotográficos, abordado como fonte primária, mas também como patrimônio digital a ser preservado.

Ângela Bittencourt iniciou a mesa explicando sobre a parte técnica do tratamento da informação, função que cabe a ela e a Vinicius Martins dentro do projeto do Portal. Segundo a Prof.^a e Mestra, o brasiliana é uma grande plataforma colaborativa que visa a divulgação e a preservação do acervo fotográfico brasileiro ou sobre o Brasil. Tendo a interoperabilidade como uma de suas bases, o portal se utiliza de padrões e normas internacionais que vão garantir que várias instituições diferentes possam se interconectar, fazendo para tal, uso de softwares livres.

Para a descrição de dados, houve um consenso na adoção de um formato, intitulado de Dublin core, (2009 ISO 15836) composto de 15 metadados, permitindo não somente a descrição dos documentos, mas igualmente a recuperação dos mesmos. São utilizados manuais produzidos por meio de um programa a base de terminologia de assunto da Biblioteca Nacional chamado ProFoto para a catalogação e indexação das fotografias. Servindo como ferramenta par auxiliar no controle dos pontos de acesso dentro do Portal da brasiliana.

Sérgio Burg, em sua fala, relatou a intenção, ainda que embrionária, do projeto de que o Portal brasiliana fotográfica sirva para informar e auxiliar instituições e indivíduos no desafio da preservação digital. No caso do Portal em si, esse desafio se dá em duas frentes: da preservação dos objetos originais como instituição de memória e da preservação do conteúdo digital, gerados a partir desses acervos originais.

A doutora Maria do Carmo encerra o debate reiterando que o brasiliana fotográfica é portal multi-institucional, que possibilita o acesso em rede aos arquivos de instituições públicas e privadas, brasileiras e estrangeiras. Permitindo assim uma circulação exponencialmente maior das imagens pertencentes aos acervos das instituições participantes, promovendo dessa maneira considerável facilidade no que concerne o acesso à informação arquivística.

Nesse sentido, o projeto, bem como, a participação das instituições no Portal é de singular importância para as pesquisas e construção do conhecimento, uma vez que amplia largamente o público das organizações integrantes, possibilitando a usuários brasileiros e estrangeiros dialogar com documentos que se caracterizam pela variedade e relevância.

Portanto, o pioneirismo de um portal que exponencia o acesso à informações arquivísticas, dando lugar de guarda a tantos registros de memória, como o *brasiliana.fotografica*, nos mostra o caráter grandioso, embora despretensioso, do projeto e seu impacto social, haja vista que através dele, e das escolhas temáticas que apresenta, como a que nos interessa no presente trabalho: “registros do feminismo no Brasil”, podemos contemplar momentos históricos ímpares da luta feminista no país. Esses registros são de fundamental importância não somente na construção do conhecimento científico, mas, igualmente, na valorização da memória do movimento feminista.

Todorov (2000, p.18-19) nos diz que ninguém é independente do passado. Para ele a identidade atual e pessoal do indivíduo é construída pelas imagens que este possui do passado. Segundo o autor, é fundamental conservar viva a memória do passado e dar “bom uso” a ela, não para se pedir indenização por dano sofrido, mas para que se esteja alerta frente às situações novas e análogas. Sendo assim, entende-se que preservar as memórias documentais antes negligenciadas, dar fala às vozes antes silenciadas, como a das mulheres é contribuir para o processo de luta pela justiça e inclusão social e empoderamento feminino. Promovendo o que Todorov chama de “um Estado de bem-estar social para a coletividade humana.”.

CAPÍTULO III- ACERVO IMAGÉTICO DO PORTAL BRASILIANA.FOTOGRAFICA SOBRE A LUTA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Incluiremos nesse trabalho as principais fotografias encontradas no portal brasiliana.fotografica, cadastradas sob o tema do movimento feminista, no Brasil.



Maria José Salgado Lages, primeira mulher eleita deputada da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e deputados após cerimônia de posse em Maceió

Data:

26/5/1935

Descrição:

p&b
22,5 x 17 cm
Gelatina

Assuntos:

Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas
Deputado Estadual – Alagoas
Federação Alagoana pelo Progresso Feminino
Lages, Maria José Salgado
Mulheres - Sufrágio
Women - Enfranchisement

Localidade:

Maceió (AL)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



Berta Lutz no avião do qual se lançaram panfletos de propaganda pelo voto feminino

Data:

[1927]

Descrição:

p&b
13 x 18 cm
Gelatina

Assuntos:

Propaganda política
Lutz, Bertha, 1894-1976
Mulheres - Sufrágio
Voto
Short ballot
Women - Enfranchisement
Feminismo
Women's movement

Localidade:

Natal (RN)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



Participantes do III Congresso Nacional Feminista em audiência com presidente Vargas

Data:

1936

Descrição:

p&b

17 x 23 cm

Gelatina

Assuntos:

Automóvel Clube do Brasil (Rio de Janeiro)

Oliveira, Alaíde Lisboa de, 1904-2006

Lutz, Bertha, 1894-1976

Mesquita, Jerônima, 1880-1972

Vargas, Getúlio, 1882-1954

Feminismo

Women's movement

Feministas

Feminists

Localidade:

Rio de Janeiro (RJ)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



**Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao
Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro**

Data:

6/1931

Descrição:

p&b
18 x 24 cm
Gelatina

Assuntos:

Lutz, Bertha, 1894-1976
Portinho, Carmem Velasco, 1903-2001
Recreio dos Bandeirantes (Rio de Janeiro, RJ)
Feminismo
Women's movement

Localidade:

Rio de Janeiro (RJ)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal

Data:

1928

Descrição:

p&b
13 x 18 cm
Gelatina

Assuntos:

Barbosa, Júlia Alves
Câmara, Concita
Eleitores
Medeiros, Júlia Augusta de, 1896-1972
Santiago, Maria de Lourdes Lamartine Varela, 1906-1992
Mulheres - Sufrágio
Vanderley, Maria Carolina, 1891-1975
Voto
Women - Enfranchisement
Short ballot
Feminismo
Women's movement

Localidade:

Natal (RN)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



Recepção oferecida pela Sra. Herbert Hoover às Associações Feministas no Palácio Guanabara

Data:

20/12/1928

Descrição:

p&b

18 x 12 cm

Gelatina

Assuntos:

Bastos, Ormindia Ribeiro, 1899-1971

Bonfim, Maria José Vilas Boas de Siqueira Mesquita, baronesa de, 1862-1953

Hoover, Lou Henry, 1874-1944

Jordão, Maria Amélia Miranda

Lopes, Joana M.

Lutz, Bertha, 1894-1976

Martins, Cassilda

Mesquita, Jerônima, 1880-1972

Palácio Guanabara (Rio de Janeiro, RJ)

Portinho, Carmem Velasco, 1903-2001

Feministas

Feminists

Localidade:

Rio de Janeiro (RJ)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino



IX Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino

Data:

5/1923

Descrição:

p&b
19 x 30 cm
Gelatina

Assuntos:

Benedittuni, Paola
Catt, Carrie Chapman, 1859-1947
Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, 9º, Roma (Itália), 1923
Key, Ellen Karolina Sofia, 1849-1926
Lutz, Bertha, 1894-1976
Manus, Rosette Susana, 1881-1943
Mulheres - Sufrágio
Women - Enfranchisement
Feminismo
Women's movement

Localidade:

Roma (Itália)

Fonte:

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao navegar pelo portal brasilianafotografica.bn.br/, utilizando o espaço reservado a busca pelo acervo, pesquisamos pelas seguintes palavras chaves: “feminismo”; “luta feminista”, “progresso feminino”; “movimento feminista”. Obtivemos, assim, treze resultados, de um total de, aproximadamente, quatro mil acervos fotográficos. Esse resultado em si já diz muito sobre a forma como a mulher, suas lutas e demandas eram tratadas pela sociedade. Posto que são poucas as fotografias cadastradas com o tema. Demonstrado um parco interesse da sociedade brasileira da época (recorte temporal do portal abrange o final do século XIX e início do século XX) em registrar o universo das lutas e causas do movimento feminista.

Além do que, demonstra, igualmente, o desinteresse de quem detinha, na época, o poder de guarda das informações arquivísticas das instituições integrantes do projeto. Dado que, como pudemos observar no presente trabalho, a neutralidade do arquivista é relativa, uma vez que ele está inserido e influenciado pelo contexto social e político de seu tempo. Subjetividades que podem interferir na seleção e no modo como escolhe organizar e preservar os arquivos documentais.

O que torna imperiosa a conscientização do profissional de arquivo no que concerne o ofício do arquivista, seu papel social e a importância do arquivo como um “lugar de memória” (Nora - 1993) que venha a ser suporte para a pesquisa científica, formação de conhecimento e construção de memória dos mais variados atores e movimentos sociais quanto possível.

Não obstante a escassez de registros, essas fotografias, presentes no portal brasiliana.fotografica sobre a história do movimento feminista são de suma importância para compreendermos como as engrenagens da história se movem, e novos atores vêm à tona, trazendo discursos conflitantes com a da “memória oficial” (Pollak, 1998), buscando seu lugar de fala, sua identidade e sobretudo, os registros de sua memória, pois como vimos: “a existência de um grupo social seria dificultada sem o registro da memória.” (BARRO, AMÉLIA, 2009, p. 60).”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, João Marcus, PANISSET, Bianca. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. Rio de Janeiro, 2016.
- BARROS, Dirlene; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. Transinformação, vol. 21, núm. 1, abril, 2009, pp. 55-61.
- Brasiana Fotográfica. In: <http://brasianafotografica.bn.br/brasiana/>.
- COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M.. Arquivo, Documentos e Poder: A construção da memória moderna. Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba
- COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 32, 2003
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos e a construção da memória. Saeculum. Revista do Departamento de História, João Pessoa, v.1, jul./dez. 1995.
- GONDAR, J. O.. Cinco proposições sobre memória social. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 9, p. 19-40, 2016
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 60. Araraquara: Unesp, 1990, p.107-121.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993
- Le Goff, Jacques, 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Tradução de: Storia e memoria.
- OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Londrina: UEL, 2014
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Clarícia Otto. São Paulo, 2003 , p. 119.
- PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: Em Tese, vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91 ..

TODOROV, Tzvetan. "Los abusos de la memoria". Ediciones Paidós Ibérica, 2000.
pp.18-19.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Soc. estado, Abr 2006,
vol.21, no.1, p.17-28